



Entrevista a Graça Carvalho

Por Teresa Peña

NO FIM DO MÊS DE FEVEREIRO, EM VÉSPERAS DO DIA DA MULHER, 8 DE MARÇO, GRAÇA CARVALHO DEU-NOS A OPORTUNIDADE PARA UMA CONVERSA CURTA MAS INTERESSANTE. RÁPIDA MAS CALMA, SUAVE MAS RIGOROSA, NUM ESTILO MUITO PRÓPRIO, EM CONSTANTE EQUILÍBRIO ENTRE SENTIMENTO E RACIONALIDADE, CONTOU-NOS MUITAS COISAS. DO LICEU DE BEJA ÀS DECISÕES E POLÍTICAS DE BRUXELAS, PASSANDO PELOS ALUNOS QUE AJUDOU A FORMAR NO IST...

TERESA PEÑA: Nasceu em Beja. Crescer e estudar no Alentejo nos anos sessenta e setenta influenciou, ajudou ou dificultou o tornar-se cientista e interessar-se por questões de engenharia e ciência?

GRAÇA CARVALHO: Eu penso que facilitou eu ser boa aluna. Em geral o liceu tinha muito bons professores de Matemática, Física, e que me levaram a gostar muito da Física e da Matemática desde muito cedo. E depois ajudou não existirem muitas solicitações exteriores. Portanto estudava muito. Por algum sentimento de isolamento, tinha uma maior curiosidade pelas questões mais globais. Este interesse funcionou um bocado como uma forma de fuga ao isolamento que sentia no Alentejo nos anos setenta.

TP: Tem ideia se actualmente essa qualidade de ensino, que teve a sorte de encontrar em Beja, se mantém ou não?

GC: Penso que sim. Por acaso, no âmbito da Comissão

Graça Carvalho, Doutorada pelo Imperial College, especializada em questões de Energia, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Graça Carvalho é professora Catedrática do Instituto Superior Técnico (IST). Foi ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, no XVI Governo Constitucional, e da Ciência e Ensino Superior, no XV Governo Constitucional.

Com grande experiência em cargos de coordenação e administração científica, dentro e fora do IST, é actualmente a Conselheira do Departamento dos Conselheiros de Políticas Europeias, designado por BEPA (Bureau of European Policy Advisers), reportando directamente ao Presidente da União Europeia. As suas actividades de aconselhamento cobrem Ciência, Educação Superior, Inovação e Sociedade de Informação, Energia, Transporte e Ambiente, Espaço, Segurança e Desenvolvimento Sustentável.

Europeia visitei o liceu no dia em que funcionários europeus foram ao liceu explicar o que é a Europa. Fui ao liceu a Beja e senti a mesma qualidade, o mesmo entusiasmo, tudo muito bem organizado e com muito bons professores, e penso que isso se mantém.

TP: É mulher e cientista: acha que é diferente de ser homem e cientista?

GC: Acho. Ser homem e cientista não significa fazer opções, portanto os homens têm uma vida muito mais facilitada em termos de tempo disponível para dedicar à ciência. A vida de cientista tem uma dedicação a 100% , e se se parar perde-se competitividade a nível internacional. Portanto para se ser mulher e cientista muitas vezes é preciso fazer-se opções e não se ter outras coisas, enquanto que a um homem essa questão nem sequer se põe.

TP: Acha que a exigência que se põe às mulheres é maior, que temos que provar mais nas mesmas situações?

GC: Sim, mas isso é geral, não é só para as mulheres cientistas. Há uma frase bem esclarecedora de Edith Cresson, que foi Comissária da Ciência, senhora bem polémica. Quando uma vez lhe perguntaram se ela achava que havia igualdade entre as mulheres e os homens, porque já havia muitas mulheres em cargos de chefia, ela respondeu que considerava que só haveria igualdade no dia em que houvesse tantas mulheres incompetentes em lugares cimeiros como há homens incompetentes.

TP: Há algum acontecimento que a tenha marcado na sua vida como cientista? Que resultado obteve que a satisfizesse mais?

GC: Talvez o ponto mais importante da minha carreira sejam os meus alunos de doutoramento que estão espalhados pelo mundo em lugares muito interessantes, professores em várias universidades desde os Estados Unidos, Ohio, ao Japão, e também em grandes empresas, como na Gaz de France, ou que são directores de investigação. É talvez o ponto que eu considero mais interessante da minha carreira: o sucesso das pessoas que se doutoraram comigo. É gratificante.

O IEIT VAI FAZER TODA A DIFERENÇA

TP: O Instituto Europeu de Tecnologia, agora rebaptizado Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, com orçamento previsto de 2,4 mil milhões de euros, e um financiamento à partida de 308 milhões de euros, é considerado um projecto e causa pessoal do Presidente Durão Barroso, e foi posto na mesa em 2005. A percepção de muitos é que o projecto é... muito seu.

GC: É mesmo uma ideia do Presidente Barroso. Eu estive muito envolvida em fazer nascer este projecto, e ser aprovado, a passar da ideia do Presidente para um projecto desenhado e organizado com muitos outros colegas de outras direcções gerais. Acompanhei este projecto e sinto-me muito feliz por ele ter sido já aprovado. Penso que é um projecto que vai fazer toda a diferença porque é a primeira vez que temos um projecto a nível pan-europeu que conjuga a investigação aplicada e o ensino. Há muitos projectos na área da investigação, mas há poucos que conjuguem investigação e o ensino pós-graduado para a

inovação, contribuindo para o desenvolvimento e para a competitividade da economia e da indústria europeia. É essa a grande novidade deste projecto.

TP: O Instituto poderá atribuir graus académicos?

GC: São as Universidades, que concorrem ao projecto individualmente ou em conjunto, as instituições que atribuem os graus académicos. Haverá um selo de qualidade dos diplomas, que é o selo IEIT, mas o grau é atribuído sempre pelas Universidades.

TP: O Instituto é vocacionado para o desenvolvimento tecnológico. Haverá ainda algum papel para a investigação fundamental, por exemplo em Física?

GC: Eu penso que sim, porque o Instituto tem como objectivo desenvolver investigação aplicada e treinar pessoas ao mais alto nível, portanto de pós-graduação, em áreas importantes para o desenvolvimento social e económico da Europa. Uma dessas áreas é precisamente a das alterações climáticas e da energia. Ora só haverá desenvolvimento e soluções inovadoras na área da energia e das alterações climáticas com uma base forte na física. Este instituto pretende exactamente ligar a investigação fundamental à investigação aplicada numa forma estreita, e incentivar a interacção entre as duas. Há novos problemas que se resolvem em investigação fundamental cujas soluções são aplicadas em soluções tecnológicas. Há aqui um papel importante para a física.

TP: O projecto, que nasceu em 2005, foi redesenhado em 2007 e aprovado no Outono de 2007. Nesse processo de reconfiguração, o projecto final apresenta desvios e concessões da ideia original?

GC: O projecto evoluiu porque começou por ser simplesmente uma ideia do Presidente de apostar numa instituição que juntasse o ensino superior de pós-graduação e a investigação aplicada, e depois teve que se concretizar. O projecto não se desviou. Houve muitas ideias que apareceram nos jornais, soluções, mas que nunca foram as soluções da Comissão Europeia. Nomeadamente ter um grande instituto em Estrasburgo nunca foi uma solução da Comissão Europeia. Nós nunca nos desviámos da ideia inicial de ter uma ligação em rede, mas estruturada e duradoura, das melhores universidades, das melhores empresas, para resolver problemas da indústria e problemas sociais da Europa. Nomeadamente a energia e as alterações climáticas, a nova geração de tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, saúde. Queríamos um projecto que juntasse os melhores departamentos universitários com a indústria, e que promovesse mestrados e doutoramentos europeus, e projectos de âmbito europeu ligados a essas instituições. Este foi sempre o projecto da Comissão Europeia desde o início.

TP: Falou-se em comunidades de conhecimento e inovação. Essas comunidades vão ser as estruturas que vão alicerçar o Instituto?

GC: Sim. São essas comunidades, que no fundo são consórcios entre universidades e empresas, ou departamentos ou docentes dentro das universidades e empresas que têm um projecto de actividades em comum, como por exemplo mestrados em conjunto, doutoramentos em conjunto, programas de investigação em conjunto, e que se candidatam a serem reconhecidos como uma comunidade de conhecimento e inovação, e obterem esse reconhecimento adicional de pertencerem e terem um selo IEIT.

A EUROPA TEM PELA PRIMEIRA VEZ UMA POLÍTICA DE ENERGIA

TP: São palavras suas: “Os últimos 11 anos contêm os 10 anos mais quentes da História da Humanidade”. A questão das alterações climáticas preocupa-a obviamente. Que medidas já recomendou, do ponto de vista de consultoria, ou foram tomadas na União Europeia (UE) para mitigar, no mínimo, ou resolver, os problemas que as alterações climáticas podem trazer no futuro? Qual é a melhor aposta da União Europeia, no seu entender: a melhoria da eficiência energética ou o melhor aproveitamento de recursos naturais? Essas duas intervenções bastam para resolver o problema, ou a Europa terá de recorrer ao nuclear como uma maior aposta?

GC: A Europa tem pela primeira vez desde a sua fundação há 50 anos uma política de energia, que foi aprovada por unanimidade pelos 27 Estados-membros, e que é simultaneamente uma política de energia e de combate às alterações climáticas. É uma política completa, que foi aprovada o ano passado no Conselho de Primavera, em Março de 2007, e que é composta por um pacote de uma série de medidas. Para já, tem como objectivo reduzir 20% das emissões de CO₂ até 2020, 20% de renováveis em 2020, aumentar em 20% a eficiência energética, 10% de biocombustíveis para os transportes. Há um plano para a ciência e tecnologia na área da energia e alterações climáticas, uma estratégia para melhorar as questões de mercado interno de electricidade e de gás. Portanto trata-se de uma estratégia global, e que não privilegia, por exemplo, as energias renováveis em função da eficiência energética. É tudo preciso e portanto há uma série de metas a atingir, metas ambiciosas, mas credíveis e acompanhadas por directivas que neste momento estão a sair e que têm de ser cumpridas pelos Estados-membros. E há um plano tecnológico e de investimentos na área da investigação científica através do programa-quadro “Investigação e Desenvolvimento”. Uma outra questão é que pela primeira vez estes objectivos, nomeadamente para os renováveis e os biocombustíveis, são obrigatórios. Já no passado tivemos metas para

as energias renováveis, mas não eram obrigatórias. Neste momento um país que não cumprir essas metas fica num regime de incumprimento e tem que pagar multas. Isto tem consequências graves para os países que não cumprirem essas metas. Esta Comissão tem na energia e nas alterações climáticas um dos principais dossiers da sua agenda. Decerto que influenciou bastante nas negociações em Bali e que vai influenciar bastante nas negociações em 2008 e 2009 até se chegar a um acordo em Copenhaga. O facto de termos uma política interna muito credível e ambiciosa deu-nos força para ter essa liderança a nível internacional.

TP: Creio que essas medidas fazem parte daquilo de que se orgulha quando auto-avalia o seu trabalho em Bruxelas. Há algum outro aspecto ligado ao que tem feito em Bruxelas, em que se devesse investir e que queira mencionar?

GC: O meu trabalho em Bruxelas é como conselheira. E o trabalho de conselheira é sempre um trabalho que fica na retaguarda, não é um trabalho que esteja na ribalta. Das minhas áreas, gostei muito de trabalhar no European Institute of Technology, nas energias e nas alterações climáticas. Penso que uma componente muito interessante em que também estou envolvida é a da questão social, novas políticas e medidas para a juventude, primeiro emprego. Esta componente de educação e ciência é muito interessante. É uma componente social que fecha bem um ciclo nas áreas de energia e alterações climáticas pelas quais me tenho interessado bastante.

TP: Voltando atrás, não me respondeu à questão do nuclear na Europa. Existe significativa produção de energia nuclear em França, e foi recentemente divulgada uma posição do Governo britânico sobre abertura ao investimento no nuclear.

GC: Nós temos uma posição muito clara sobre isso. O recurso a cada uma das formas de energia é uma decisão dos Estados-membros. Os Estados-membros são soberanos e pertence a cada um dos Estados-membros o recurso ou não ao nuclear. A Comissão Europeia apoia a investigação científica, a parte da segurança e da verificação das questões nucleares. Em relação ao apoio científico, ele é muito grande, não só na parte da geração de reactores, mas também do projecto ITER. Pensamos que cada um dos países tem de fazer o mesmo e devem preparar os seus jovens nestas áreas, mesmo que a decisão seja não haver nuclear. Mas é importante haver investigação científica de todos os países, e que tenham pessoas treinadas para acompanharem projectos internacionais e da ciência nessa área. Mesmo que a decisão de cada um dos países seja não ao recurso ao nuclear, será sempre importante ter investigação e conhecimento. É essa a nossa posição e recomendação aos Estados-membros: na investigação e na formação todos os Estados-membros deviam acompanhar o que se passa a nível internacional nesta área.